



SANTOS, Elaine Maria. O mecenato pombalino e a língua inglesa: reformas educacionais e literatura no século XVIII. **Revista Épicas**. N. 18 – dez 25, p. 57-68.

DOI: <http://dx.doi.org/10.47044/2527-080X.2025.v18.5768>

O MECENATO POMBALINO E A LÍNGUA INGLESA: REFORMAS EDUCACIONAIS E LITERATURA NO SÉCULO XVIII

POMBALINE PATRONAGE AND THE ENGLISH LANGUAGE: EDUCATIONAL REFORMS AND LITERATURE IN THE 18TH CENTURY

Elaine Maria Santos¹

Universidade Federal de Sergipe – UFS

RESUMO: O presente artigo analisa o mecenato pombalino como estratégia de poder no século XVIII, articulando reformas educacionais, compêndios de línguas vivas e manifestações literárias e artísticas. Argumenta-se que, ao patrocinar gramáticas, traduções e obras laudatórias, o Marquês de Pombal instaurou um regime cultural em que a língua, a literatura e as artes foram instrumentalizadas como veículos de propaganda política e de consolidação do Estado ilustrado. Trata-se de uma pesquisa amparada nos pressupostos metodológicos da Nova História Cultural (CHARTIER, 1990), que busca analisar não apenas a produção de bens culturais, mas, principalmente, as formas de apropriação e os usos sociais desses materiais. Assim, a partir de fontes como a Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa (1771), de Reis Lobato, e a Grammatica ingleza ordenada em portuguez (1762), de Teles de Menezes, bem como da literatura árcade e da Estátua Equestre de D. José I, demonstra-se que o ensino de línguas, a poesia e as artes visuais foram mobilizados como dispositivos simbólicos de legitimação régia e ministerial. Assim, o mecenato pombalino revela-se não apenas como apoio às letras, mas como parte de uma engenharia política e cultural de longo alcance.

Palavras-chave: Língua Inglesa; Mecenato Pombalino; Século XVIII.

ABSTRACT: This article examines Pombaline patronage as a power strategy in the 18th century, linking educational reforms, language compendia, and literary and artistic manifestations. It argues that by sponsoring grammars, translations, and laudatory works, the Marquis of Pombal established a cultural

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), mestre em Letras pela mesma instituição. Professora do Departamento de Letras Estrangeiras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFS. Coordenadora Nacional Ajunta da Rede Andifes IsF. Email: elainemaria@academico.ufs.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6376-2932>

regime in which language, literature, and the arts were instrumentalized as vehicles of political propaganda and as tools for consolidating the Enlightened State. The research is grounded in the methodological assumptions of the New Cultural History (CHARTIER, 1990), which seeks to analyze not only the production of cultural goods but, above all, the forms of appropriation and the social uses of these materials. Drawing on sources such as *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza* (1771), by Reis Lobato, and *Grammatica ingleza ordenada em portuguez* (1762), by Teles de Menezes, as well as Arcadian literature and the Equestrian King José I, the study demonstrates that language teaching, poetry, and visual arts were mobilized as symbolic instruments of royal and ministerial legitimation. Thus, Pombaline patronage emerges not merely as support for languages but as part of a broader project of political and cultural engineering.

Keywords: English Language; Pombaline Patronage; 18th Century.

Introdução

No contexto do século XVIII, Portugal passou por uma série de transformações políticas, sociais e educacionais, impulsionadas pelo projeto centralizador e ilustrado do Estado português, especialmente durante a administração do Marquês de Pombal. As chamadas reformas pombalinas, implementadas a partir da década de 1750, tiveram como um de seus focos principais a reestruturação do sistema educacional, que até então estava sob domínio da Companhia de Jesus. A expulsão dos jesuítas, em 1759, marcou o início de um novo paradigma de ensino, orientado pela lógica da utilidade, da racionalidade iluminista e da instrumentalização do saber como ferramenta de administração do império. O ensino passou a ser regulado pelo Estado, com currículos voltados às ciências práticas e à formação de um sujeito disciplinado, útil e letrado, características consideradas como sendo fundamentais à modernização do Estado luso-brasileiro (Santos, 2010).

É nesse cenário que emerge o que historiadores e críticos passaram a denominar de *mecenato pombalino*: um modelo de fomento estatal às letras e às ciências que, mais do que promover a cultura, visava controlá-la e orientá-la segundo os interesses políticos e ideológicos do poder central, representados na centralidade da figura de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Ao apoiar e financiar determinados autores, currículos e produções literárias, o Estado pombalino instaurou um regime simbólico que não apenas substituiu o antigo monopólio jesuítico, mas também redefiniu o papel do intelectual na sociedade. O escritor, o gramático, o professor e o poeta passaram a figurar como agentes de uma ordem discursiva que subordinava o saber à razão de Estado. A literatura, nesse contexto, deixou de ser apenas expressão estética ou moralizante para tornar-se parte de um projeto de engenharia social e cultural. O *mecenato pombalino* é, portanto, não apenas um gesto de valorização das letras, ter sim uma forma de controle das ideias que eram necessárias que fossem inculcadas no imaginário setecentista.

Diante do exposto, este artigo examina os vínculos entre o *mecenato pombalino* e a consolidação de práticas discursivas, educacionais e literárias no Brasil do século XVIII, como

parte do esforço de modernização e controle simbólico promovido pelo Estado português. Ao observar os movimentos reformistas liderados pelo Marquês de Pombal, é possível perceber que sua atuação extrapolou o campo político, alcançando instâncias simbólicas da cultura letrada, como a regulação da literatura, a normatização do ensino e a racionalização da linguagem.

São investigados os efeitos simbólicos do mecenato pombalino sobre a literatura da época, em especial sobre o movimento árcade, cujos poetas, inseridos em um contexto de transição entre o antigo regime e os ideais iluministas, produziram obras que podem ser lidas como resposta às demandas simbólicas do Estado. Os escritos árcades, ao adotarem a linguagem da razão, da virtude e da moderação, alinham-se parcialmente ao projeto reformador, ainda que revelem também zonas de ambiguidade e resistência. Em alguns dos escritos árcades, são encontradas odes ao poder do Marquês de Pombal, bem como a sua força e aos supostos ganhos advindos para Portugal, em decorrência de sua bravura e competência.

A metodologia adotada fundamenta-se nas contribuições da Nova História Cultural, sobretudo na obra de Chartier (1990), que destaca a importância de compreender a circulação dos discursos, os suportes materiais que os sustentam, as condições de produção e os regimes de legitimidade. Com isso, foi articulada uma leitura crítica das fontes históricas e literárias, com a análise não apenas do conteúdo das reformas pombalinas, como também das estratégias de disseminação de um modelo de sujeito letrado que reproduzia os valores do Estado ilustrado.

As Reformas Pombalinas da Educação: uma visão geral

Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, destacou-se como uma das figuras políticas mais influentes do século XVIII no espaço lusófono. Nomeado ministro de D. José I, após uma carreira diplomática nas cortes de Viena e Londres, Pombal assumiu o controle administrativo do reino com o objetivo de modernizá-lo segundo os preceitos do despotismo esclarecido. Conforme destacam Oliveira (2010) e Maxwell (1995), sua atuação foi marcada por um pragmatismo reformador que aliava centralização política, racionalização do ensino e controle simbólico das instituições. Com seu estilo autoritário e centralizador, o Marquês assumiu a responsabilidade por reorganizar não apenas a economia e a administração do Estado, mas também a sua vida intelectual e educacional, num movimento que atingiu profundamente o Brasil colonial.

Destaque deve ser dado ao terremoto de Lisboa, de 1755, de modo que, como explicam Carvalho (2007) e Maxwell (1990), não foram apenas os edifícios que foram destruídos, como também as estruturas de poder, que foram desestabilizadas, e abriu espaço para Pombal assumir uma posição de protagonista na recomposição de Lisboa, de tal modo que a frase “Enterrem os mortos e cuidem dos vivos”, atribuída ao ministro, ajuda-nos a ter uma ideia do

seu espírito de ação e racionalidade. A reconstrução de Lisboa, com ruas retilíneas, planejamento urbanístico e novas técnicas de engenharia, foi também expressão de uma nova linguagem política, em que a razão substituiu a providência, e o Estado tomava para si o papel de organizador do mundo (Oliveira, 2010).

No que se refere à educação, o Marquês concebeu um sistema racionalizado e hierarquizado de ensino, dividido entre os chamados Estudos Menores, que englobavam os níveis iniciais e médios de formação, e os Estudos Maiores, centrados na formação universitária. A criação do cargo de Diretor-Geral dos Estudos, figura responsável por supervisionar as instituições educacionais do reino, foi uma inovação que deu ao Estado controle direto sobre a formação das elites. Conforme aponta Santos (2018), esse processo implicou a secularização gradual do saber e o declínio da influência eclesiástica na estrutura escolar. Os professores régios, nomeados pela Coroa para lecionar em diversas regiões do império, tornaram-se peças-chave na difusão da nova pedagogia ilustrada, baseada na disciplina, na clareza e na utilidade do conhecimento.

Do ponto de vista político-linguístico, essas reformas implicaram em uma redefinição do estatuto das línguas no império. O português foi elevado à condição de língua nacional e administrativa, ao passo que o latim foi gradativamente desvalorizado. O ponto culminante dessa reorganização educacional foi a reforma da Universidade de Coimbra, em 1772, considerada uma das grandes realizações do reformismo pombalino. A universidade passou a adotar novos currículos voltados às ciências naturais, ao direito, à medicina e às línguas modernas, de modo que, como enfatizam Oliveira (2012) e Maxwell (1995), a reforma não apenas alterou conteúdos e métodos, mas também redesenhou a própria finalidade do ensino superior, que passou a se preocupar com a formação de quadros técnicos e administrativos para o serviço do Estado.

Pombal também se preocupou em incentivar ações propagandísticas sobre os seus feitos. Assim, diversas obras literárias, jurídicas e científicas da época foram precedidas por notas introdutórias, que exaltavam o papel do ministro como patrono das letras e protetor da razão. Monumentos, retratos, medalhas e esculturas foram encomendados com o objetivo de eternizar sua imagem como redentor do reino e farol da civilização. Esse movimento pode ser explicado ao analisarmos os escritos de (1990), que destaca o esforço dos detentores do poder em constituir regimes de visibilidade e autoridade discursiva, em que a figura do governante se torna texto, ícone e legenda. O mecenato pombalino, nesse sentido, operava como extensão estética e simbólica do projeto político.

O Mecenato Pombalino e os compêndios de línguas vivas

O mecenato pombalino, conforme destacado anteriormente, designa o patrocínio cultural-educacional articulado pelo Marquês de Pombal no reinado de D. José I, notadamente após 1759, quando o Estado laiciza e centraliza a instrução. Percebemos, ao analisar o século XVIII em Portugal, um fomento à produção e à circulação de gramáticas e compêndios orientados por uma lógica de utilidade pública, ou seja, a língua portuguesa sendo normatizada para a administração e as línguas vivas para o comércio e a diplomacia.

No plano textual, poucas peças evidenciam tanto a mão do Estado quanto a *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa*, de António José dos Reis Lobato (1771), já que, em seu frontispício/dedicação, temos uma sinalização clara de que a gramática havia sido composta e oferecida a Sebastião José de Carvalho e Mello. A supracitada obra ganhou ampla circulação nos séculos XVIII e XIX, tendo alcançado status oficial com a promulgação do Alvará de 1770. Nesse documento, D. José I expressa de modo enfático a intenção de fortalecer a língua portuguesa, descrita como “hum dos objectos mais attendiveis para a cultura dos Povos civilizados, por dependerem della a clareza, a energia, e a magestade, com que devem estabelecer as Leis, persuadir a verdade da Religião, e fazer uteis, e agradaveis os Escritos” (PORTUGAL, 1929, p. 497). Inserido nesse contexto, o texto legal determinava que os professores de Latim deveriam dedicar os seis primeiros meses de suas aulas ao ensino do português, utilizando como referência justamente a gramática elaborada por Lobato (1771), destacada por seu método, clareza e organização.

O manual, alinhado à política pombalina de valorização da língua nacional, não se restringia à instrução linguística. Segundo o próprio Lobato (1771), a aprendizagem da língua materna deveria ser conduzida por meio da leitura de autores da “historia Portuguesa”, de modo que a análise de frases promovesse não apenas o domínio linguístico, mas também o compartilhamento da memória histórica e a valorização da nação. Nesse sentido, o ensino da língua portuguesa assumia um papel central na política pedagógica do período, articulando instrução linguística e projeto de fortalecimento de uma identidade de nação. Essa dimensão fica explícita quando o autor associa os feitos de Pombal ao propósito de elevar Portugal à condição de “mais culta, e conhecida entre todas as civilizadas” (LOBATO, 1771, p. viii).

A defesa da utilidade prática da gramática aparece em diversos trechos da obra. Para Lobato (1771, p. x), “o grande proveito que alcança cada hum em saber a Grammatica da sua mesma língua: porque não sómente consegue falla-la com certeza, mas também fica desembaraçado para aprender com muita facilidade qualquer outra”. Esse argumento antecipa, em certa medida, reflexões desenvolvidas por Auroux (1992), que ressalta a transversalidade dos princípios de ensino de línguas. A partir desse raciocínio, aprender português significaria não

apenas adquirir a língua nacional, mas também dispor de ferramentas para assimilar outras línguas, incluindo o latim. Esta proposta se configura em uma inversão da lógica pedagógica tradicional, até então centrada na primazia do latim sobre a língua materna.

A figura de D. José I, seguindo essa análise de mecenato, é exaltada na obra, sendo referido como “glorioso Restaurador das Letras, arruinadas por quase dous seculos nos seus vastos Domínios” (LOBATO, 1771, p. xvi). Este texto reforça o papel do rei e, por extensão, de Pombal como agentes de renovação cultural, legitimando uma ampla política pedagógica que articulava língua, poder e civilização.

A circulação da Arte da *Grammatica da Lingua Portuguesa*, de Reis Lobato, como instrumento oficial de ensino, revela como o mecenato pombalino se consolidou na normatização da língua materna. Contudo, esse movimento não se restringiu ao português, uma vez que, no contexto das reformas educacionais, o estímulo às chamadas línguas vivas também se fez presente, principalmente nas instituições de elite. Tal fato pode ser comprovado ao analisarmos os Estatutos do Real Colégio dos Nobres (1761), que previam o ensino de francês e inglês como parte de um programa pedagógico voltado à modernização da instrução (PORTUGAL, 1929). É nesse cenário que surge a *Grammatica Ingleza ordenada em Portuguez* (1762), de Carlos Bernardo da Silva Teles de Menezes (MENEZES, 1762), conhecida como “gramática de Pombal de língua inglesa” (Oliveira, 2006).

A própria dedicatória da obra associa explicitamente o estudo do inglês às “novas leys”, em uma clara referência aos Estatutos de 1761, e sublinha a importância da criação de uma cadeira de inglês no Colégio dos Nobres. Ao enaltecer a figura de D. José I e vincular seu trabalho ao projeto régio, Menezes (1762) evidencia o quanto o ensino de línguas estrangeiras estava imbricado ao patrocínio cultural pombalino. A exaltação ao monarca como promotor da “Literatura Portuguesa” e como fonte de progresso científico e cultural ecoa a retórica de legitimação do poder régio observada em Reis Lobato (1771), mas aqui aplicada ao campo das línguas vivas (MENEZES, 1762, p. iii).

Essa vinculação da obra ao mecenato pombalino se expressa também na celebração da aprovação real, apresentada pelo autor como “aceitação preciosa que fará toda a gloria do Autor, e todo o credito do livro” (MENEZES, 1762, p. iii). Ao se colocar como beneficiário direto do reconhecimento régio, Menezes (1762) insere sua gramática na lógica propagandística da segunda metade do século XVIII, descrita por Teixeira (1999) como marcada por uma série de iniciativas destinadas a imortalizar os feitos do rei e do seu principal ministro. Assim, as gramáticas de português (Reis Lobato) e de inglês (Teles de Menezes) dialogam como produtos de um mesmo projeto político-cultural, já que funcionam como instrumentos pedagógicos e suportes textuais de enaltecimento da monarquia e de Pombal.

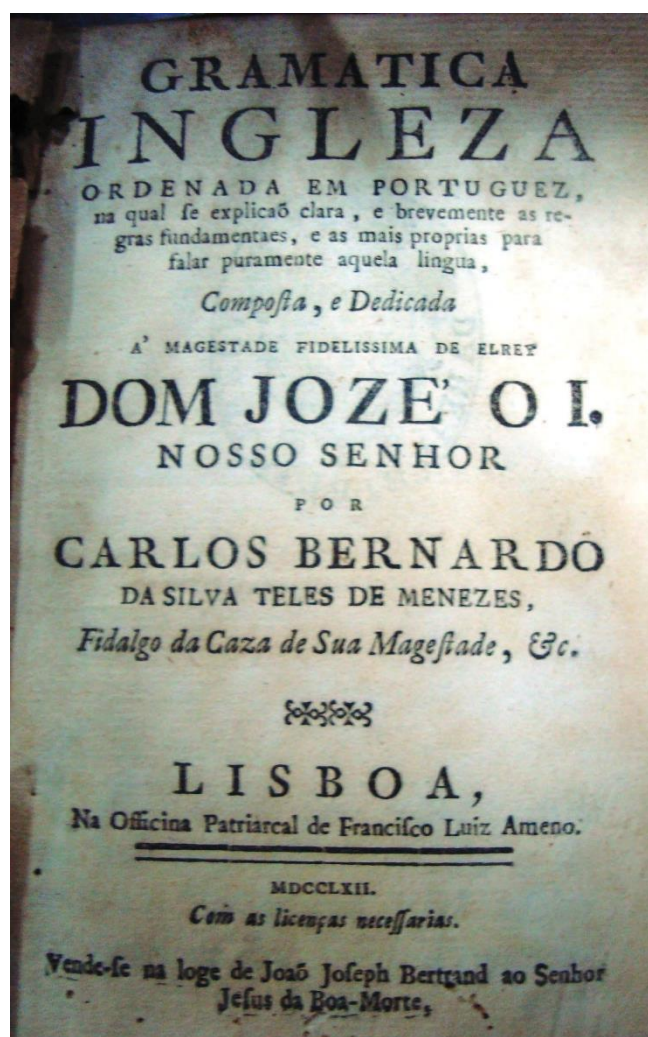


Figura 1: Folha de rosto da *Grammatica Ingleza ordenada em Portuguez*
Fonte: Menezes, 1762

É importante destacar que, no prólogo “Ao Leitor”, Menezes (1762) reafirma a necessidade prática do ensino de inglês, antes desprestigiado, mas agora valorizado tanto pela proximidade diplomática entre Portugal e Inglaterra quanto pelo florescimento de autores de prestígio. Ao atribuir ao governo ilustrado a promoção dessa língua e ao destacar a presença de ingleses em Lisboa, o autor reafirma o caráter utilitário e estratégico de sua obra, em conformidade com o ideário pombalino de instrução voltada à utilidade e ao comércio (MENEZES, 1762, p. iv-v; OLIVEIRA, 2006; MOSER, 1985).

A trajetória editorial da gramática também ilustra o enquadramento institucional do mecenato. As múltiplas licenças (Santo Ofício, Ordinário, Paço) obtidas ainda em 1761 reforçam a legitimação da obra como texto “muito útil para facilitar o uso daquela lingua, na qual se achão

estampadas muitas Obras de huma vastíssima erudição” (MENEZES, 1762, p. xiii). Ao mesmo tempo em que se insere em debates técnicos, como a crítica aos “defeitos” de outras artes e a promessa de maior clareza metodológica, o autor situa sua obra como capaz de enaltecer a pátria e, portanto, digna do aval régio.

É possível, dessa forma, afirmar que a *Grammatica Ingleza ordenada em Portuguez* confirma que o mecenato pombalino não se limitou à língua nacional, mas também apoiou e legitimou o ensino de línguas estrangeiras, especialmente aquelas consideradas estratégicas para a política e o comércio. Ao lado da gramática de Reis Lobato (1771), a obra de Teles de Menezes (1762) integra o corpus de textos pedagógicos em que o ensino de línguas servia de veículo para a consolidação de uma política cultural ilustrada, em que instrução e propaganda se entrelaçavam.

O Mecenato Pombalino nas Artes

A projeção política e cultural de Sebastião José de Carvalho e Melo encontrou eco no universo literário setecentista, sobretudo por meio das dedicatórias e obras que exaltaram sua figura e seus feitos. Um dos exemplos mais expressivos surge em Francisco José Freire, cuja tradução da *Arte Poética* de Horácio Flaco (1758) estabelece uma analogia entre o Marquês de Pombal e o próprio Horácio, chegando a compará-lo à esfera divina. Essa obra é considerada um dos marcos inaugurais do chamado mecenato pombalino (TEIXEIRA, 1999). Da mesma forma, a tradução do *Tratado Sublime* (1771), de Custódio José de Oliveira, reforça a imagem de Pombal como guia intelectual da nação, incumbido de “alumiar os Escritores Portugueses” contra as “trevas da ignorância” (TEIXEIRA, 1999, p. 92).

Na *Arte Poética* (1759), também de Freire, na parte da dedicatória, são enumeradas virtudes atribuídas ao ministro, como a perseverança, o zelo pelo bem comum, o estímulo ao comércio e à manufatura, além da reconstrução de Lisboa e defesa do rei (TEIXEIRA, 1999, p. 71). Pouco depois dessa publicação, Pombal foi agraciado com o título de Conde de Oeiras, consolidando um projeto de propaganda cultural e política que se refletiu amplamente na produção literária (SANTOS, 2010).

Segundo Teixeira (1999), poetas como José Basílio da Gama, Manoel Inácio da Silva Alvarenga e Francisco de Melo Franco, entre outros, incorporaram, em suas obras, a legitimação da política ilustrada do ministro. Basílio da Gama, considerado o poeta pombalino por excelência, compôs *O Uruguai* (1769), cuja crítica antijesuítica e louvor à obra reformadora de Pombal se articulam diretamente ao contexto da expulsão dos jesuítas. O canto quinto enaltece Lisboa como centro de paz, comércio e abundância, sinalizando claramente os frutos da política

ministerial: “Paz, Justiça, Abundância e firme peito, / Isto nos basta a nós e ao nosso mundo. [...] Mostra-lhe mais Lisboa rica e vasta” (TEIXEIRA, 1999, p. 75).

Outros autores também se alinharam a esse movimento. Silva Alvarenga, em *O Desertor* (1774), celebrou a entrada triunfal de Pombal na Universidade de Coimbra, associando-o ao restauro das ciências e ao florescimento da verdade em Portugal: “Prêmio de seus trabalhos: as Ciências / [...] / E a Verdade entre júbilos, o aclama / Restaurador de seu Império antigo” (TEIXEIRA, 1999, p. 53). Já Cláudio Manuel da Costa, em poemas como *Vila Rica*, exalta a ordem e a prosperidade resultantes das reformas do período, ainda que de forma menos explícita, reforçando o ideário ilustrado de progresso e civilização.

O que a historiografia literária muitas vezes reduziu a “indianismo” ou a uma produção nacionalista descolada da política (SANTOS, 2010), revela-se, na verdade, como parte de um complexo discurso cultural e propagandístico sustentado pelo mecenato pombalino. A poesia árcade, ao lado de traduções e prefácios laudatórios, atuou como canal de legitimação de um projeto que buscava associar o poder régio e ministerial ao florescimento das letras e ao progresso da civilização luso-brasileira.

É possível encontrar obras de exaltação a D. José e ao Marquês de Pombal também nas esculturas. A inauguração da Estátua Equestre de D. José I, realizada em 6 de junho de 1775, na Praça do Comércio, constitui um dos momentos mais emblemáticos da afirmação do projeto político-cultural do consulado pombalino. A obra, concebida por Joaquim Machado de Castro, foi apresentada em meio a uma cerimônia grandiosa, cuidadosamente organizada para exaltar tanto o monarca quanto o seu ministro. Como observa Norton (2008, p. 70), ao ser revelada, a estátua exibiu o cavalo real esmagando um ninho de víboras, metáfora explícita da vitória sobre os inimigos do regime e da ausência de clemência para os opositores. Esse elemento iconográfico articula-se diretamente à retórica do poder cultivada no período, projetando a imagem de um reino restaurado e protegido pela firmeza do Estado.

A presença do busto do Marquês de Pombal na base do monumento reforça a centralidade do ministro na condução do império, figurando-o como fundamento da estabilidade política e cultural da nação. Maxwell (1997) destaca que a escultura tinha para Pombal um valor simbólico ainda mais acentuado do que para o próprio rei, uma vez que materializava, em espaço público, o êxito de seu programa reformista e a sua imagem de estadista. Estudos mais recentes também reconhecem esse caráter propagandístico. Para Oliveira (2006), a estátua equestre funciona como marco visual da pedagogia política pombalina, traduzindo em alegoria urbana os ideais de ordem, civilização e modernidade associados às reformas do ensino e da administração pública.

A celebração que acompanhou a inauguração prolongou-se por três dias, envolvendo cortejos alegóricos, música, fogos e distribuição de alimentos, compondo um verdadeiro espetáculo político. Contudo, relatos apontam que D. José I demonstrou pouco entusiasmo, assistindo ao evento à distância, devido à saúde debilitada, em decorrência de problemas com a obesidade e com questões cardíacas e circulatórias (NORTON, 2008). Muitos cortesãos, em solidariedade à reclusão do monarca, também se ausentaram, o que contrasta com a magnitude da festa concebida por Pombal. A discrepância entre a presença simbólica do rei e a condução ativa do ministro reforça a leitura da estátua como monumento duplo, já que, ao mesmo tempo, funcionou como homenagem régia e como instrumento de legitimação pessoal e política do Marquês.

Algumas considerações

O mecenato pombalino deve ser compreendido não apenas como expressão de apoio à produção literária e artística, mas, sobretudo, como uma estratégia de poder que se consolidou na segunda metade do século XVIII. Nesse sentido, ao articular reformas educacionais, compêndios linguísticos e manifestações artísticas, mais do que patrocinar, o mecenato operou como dispositivo de governo, impondo uma pedagogia de obediência e de legitimação simbólica.

As reformas educacionais implementadas após a expulsão dos jesuítas em 1759 ilustram de forma clara essa articulação. O ensino, reorganizado a partir da lógica da utilidade e da racionalidade ilustrada, passou a privilegiar disciplinas de aplicação prática, com destaque para a gramática da língua portuguesa e para as chamadas línguas vivas. A promulgação do Alvará de 1770 e a difusão da *Grammatica da Lingua Portuguesa*, de Antônio José dos Reis Lobato (1771), revelam o modo como a língua nacional foi elevada a fundamento de civilização, entendida como veículo da lei, da religião e da identidade política do reino. A vinculação explícita dessa obra ao nome de Pombal, exaltado como “glorioso Restaurador das Letras”, confirma o caráter propagandístico de uma produção que se situava entre o didático e o político.

Na mesma direção, a *Grammatica ingleza ordenada em portuguez* (1762), de Carlos Bernardo da Silva Teles de Menezes, demonstra como o mecenato pombalino não se limitou ao português, mas alcançou também o ensino de línguas vivas consideradas estratégicas para o comércio e a diplomacia. A dedicatória da obra ao rei D. José I e a menção às “novas leys” do período ilustram a íntima relação entre política educacional e legitimação régia. A obra, mais do que um manual técnico, reafirmava a centralidade da monarquia e do ministro na promoção das letras, sendo exemplo eloquente de como o campo pedagógico funcionava como extensão da propaganda de Estado.

Esse mesmo mecanismo de propaganda se verifica em outras manifestações culturais do período. A literatura árcade, tanto em Portugal quanto no Brasil, ofereceu um terreno fértil para a difusão de imagens de exaltação ligadas ao pombalismo. Obras como *O Uruguai* (1769), de Basílio da Gama, e *O Desertor* (1774), de Silva Alvarenga, integram-se a essa dinâmica ao exaltarem a figura de Pombal como patrono da ciência, da justiça e da ordem. O canto quinto do poema de Basílio, ao evocar a prosperidade de Lisboa e a abundância decorrente do comércio, funciona como metáfora poética das reformas pombalinas. Já Silva Alvarenga, ao associar Pombal à restauração das ciências na Universidade de Coimbra, reforça a imagem do ministro como restaurador do saber e da glória portuguesa. Mesmo autores como Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga, embora em registros distintos, retomam em suas obras ecos dessa mesma atmosfera política, mostrando como a poesia árcade se tornava suporte de um discurso de legitimação (TEIXEIRA, 1999).

A dimensão simbólica do mecenato também se manifestou no campo das artes visuais. A Estátua Equestre de D. José I, inaugurada em 1775, é um bom exemplo de como monumentos funcionavam como extensões da propaganda cultural. A presença do busto de Pombal no pedestal e a iconografia do cavalo esmagando serpentes ilustram o poder de disciplinar inimigos e restaurar a ordem. A festa de inauguração, com cortejos, músicas e fogos, encenava a teatralidade do poder e reforçava a associação entre o rei, o ministro e a glória do império. Nesse sentido, o monumento se articula às gramáticas e à poesia laudatória como parte de um mesmo programa cultural, em que as palavras e as imagens eram mobilizadas para consagrar a figura de Pombal.

Estudar o mecenato pombalino é compreender a íntima relação entre poder e cultura no século XVIII. Ao moldar as letras, as gramáticas e as artes, segundo um projeto centralizador, Pombal instituiu um modelo de política cultural que antecipou práticas modernas de política linguística e de propaganda estatal. Mais do que um capítulo da história literária, o mecenato pombalino deve ser lido como um capítulo da história política da cultura, no qual o ato de ensinar, traduzir, poetar ou esculpir convergia para a mesma finalidade, a de inscrever a memória do ministro e do seu rei como símbolos indissociáveis da civilização portuguesa.

Referências

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo: Edusp/Saraiva, 1978.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

LOBATO, Antônio José dos Reis. **Arte da grammatica da língua portugueza composta e offerecida ao Ill.mo e Exc.mo senhor Sebastião José de Carvalho e Mello**, ministro, e secretario de estado de sua magestade fidelíssima da repartição dos negócios do reino. Lisboa: Na Typ. de M. P. de Lacerda, 1771.

MAXWELL, Kenneth. **O Marquês de Pombal**: paradoxo do iluminismo. Tradução: Antonio de Pádua Danesi. Paz e Terra, RJ, 1997.

MENEZES, Carlos Bernardo da Silva Teles de. **Gramatica ingleza ordenada em portuguez**, na qual se explicão clara, e brevemente as regras fundamentaes, e as mais proprias para falar puramente aquela lingua. Lisboa: Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762.

MOSER, Fernando de Mello. Para uma perspectiva da cultura portuguesa. **ICALP Revista**, nº 1. 23-32. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1985. In: <http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/revistas/revistaicalp/culturaport.pdf>

NORTON, José. **O último Távora**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo Meneses de. **A instituição das línguas vivas no Brasil**: o caso da Língua Inglesa (1809-1890). Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Histórica, Política e Sociedade. São Paulo, 2006.

PORTUGAL. **Alvarás, cartas de lei e outros documentos sobre instrução pública** (século XVIII). Lisboa: Imprensa Nacional, 1929.

SANTOS, Elaine Maria; OLIVEIRA, Luiz Eduardo Meneses de. O mecenato pombalino na gramática inglesa de Teles de Menezes. In: **Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2013.

SANTOS, Elaine Maria. **As reformas pombalinas e as gramáticas inglesas**: percursos do ensino de inglês no Brasil (1759-1827). Dissertação (Mestrado em Letras). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2010.

TEIXEIRA, Ivan. **Mecenato pombalino e poesia neoclássica**. São Paulo: APESP/EDUSP, 1999.